

votação do Regimento Interno do Conselho foram finalizados e enviados para o parecer da Procuradoria Geral do Estado - PGE. Contudo, até o momento não se obteve resposta daquele órgão desde abril deste ano. Desta forma, o secretário deste Conselho enviou reiteração de respostas pela segunda vez àquele órgão, sendo a última no dia treze de setembro deste ano. Diante da inércia daquele órgão, o presidente do Conselho solicita que Beto Paes oficialize uma visita à PGE. Continua a reunião abordando sobre os eventos da população LGBT. Informa que existem solicitações protocoladas nesta secretaria de estado: a Parada do Orgulho LGBT de Belém, O Encontro Estadual do Movimento LGBT do Pará, o Workshop da Rede Trans, a Festa da Chiquita, o Casamento LGBT e a Parada do Orgulho LGBT de Icoaraci. A respeito da Parada do Orgulho LGBT, Michell Durans informa que os processos estão em andamento e que no dia três de outubro haverá outra reunião para monitoramento e ajustes desses processos. Sobre o Encontro Estadual do Movimento LGBT do Pará ficou acertado, logo após breve explanação sobre o evento pelo senhor Eduardo Benigno, que será protocolado ainda na próxima semana, tal projeto. Eduarda Lacerda ressaltou que o Workshop somente entrou no planejamento após definição da data correta do evento em reunião entre os membros dessa rede e o gerente de proteção à livre orientação sexual. É salientado que, com este evento, diversos militantes de outros segmentos e regiões do estado serão beneficiados pelas formações. Michell Durans afirma que, independente de os demais eventos estarem ou não dentro do planejamento, será estudada a possibilidade de que sejam também auxiliados por esta Secretaria de Estado, mas que, devido às dificuldades orçamentárias, todos os demais eventos de outras gerências também estão sendo prejudicados. Márcia Passos solicita a palavra para informar sobre o retorno das atividades do Lesbipara com programação que iniciará no mês de outubro e encerrará em dezembro deste ano. A respeito da Festa da Chiquita, Beto Paes salienta que ano passado, mesmo com as dificuldades, foram garantidas as logísticas necessárias para o evento, afirmando que a SEJUDH garantirá estrutura igual para o evento deste ano, salientando a importância de se instalar estrutura no evento para os materiais de campanha e da rede de proteção, da qual, o CEDS faz parte. Aproveita para informar sobre materiais que chegaram da Campanha Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia a ser disponibilizado aos interessados para os eventos de celebração do orgulho LGBT nos municípios do Pará. Michell Durans discute sobre a localização de um estande do Conselho dentro do evento da Festa da Chiquita. Informa que será apresentado projeto para o Evento de Celebração do Orgulho LGBT de Icoaraci pela senhora Márcia Passos a ser realizado no mês de novembro deste ano. A partir deste momento são iniciadas as discussões sobre a eleição do Conselho, tendo em vista a iminente finalização do atual mandato. Michell Durans ressalta que a eleição deste Conselho está regida por seu decreto de n.º 1.238/2008, sendo o único instrumento legal e jurídico para nortear o processo eleitoral uma vez que ainda não ocorreu a publicação do Regimento Interno deste Conselho. Alega ser um prejuízo interno não se ter um Regimento formalizado. Aborda sobre o processo eleitoral dos membros anteriores ao atual Conselho. Gleyson Oliveira toma a palavra e afirma que a última eleição, que deu início ao mandato dos atuais conselheiros, não foi realizada em uma conferência como preconiza o decreto estadual e sim dentro de uma assembleia ordinária do Movimento LGBT do Pará realizada no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Pará – SINTEP. Michell Durans retoma a palavra e pede que o processo eleitoral seja realizado por meio de chamamento público a fim de se garantir a participação de diversas outras entidades e não somente aquelas pertencentes ao Movimento LGBT do Pará visando, desta forma, o processo democrático e transparente. Afirma também que esse procedimento tem se estendido aos demais Conselhos sob a jurisdição desta Secretaria de Estado, dando como exemplo o Conselho Estadual de Igualdade Racial. Afirma que o decreto estadual é omissivo em relação ao processo eleitoral e o Regimento Interno seria o documento legal para tratar do assunto, mas que na impossibilidade de se utilizar o Regimento Interno, todo o processo eleitoral deverá ser pautado no atual decreto, fazendo a leitura integral do item que versa sobre o assunto, a ver o artigo 2º, inciso II, do referido decreto. Nesse momento, abre a possibilidade para debate acerca do assunto. Rafael Ventimiglia pede a palavra, saúda os presentes e rejeita a proposta do presidente deste Conselho alegando que, mesmo que o Regimento Interno esteja em processo de análise pela PGE e que, desta forma não possa ser utilizado como instrumento legal para nortear a eleição do atual Conselho, este deve ser considerado uma vez que é cópia do que versa o decreto estadual no item mencionado anteriormente pelo presidente deste Conselho. Para embasar seu argumento, faz a leitura integral do capítulo 3, artigo 6º, inciso II, parágrafo 3º do referido regimento, salientando inclusive, que o item possui validade

jurídica, uma que vez foi aprovado pela PGE em sua última versão enviada àquele órgão. Continua, afirmando que o próprio decreto e, por conseguinte, o atual Regimento Interno, afirma que o processo eleitoral deve ser direcionado, dirigido e organizado pelo Movimento LGBT do Pará que possui menção explícita nesses documentos como instituição responsável por deliberar sobre os membros que comporão as vagas daquele Conselho que cabem à sociedade civil organizada. Michell Durans retoma afirmando que o Regimento Interno não possui validade jurídica para ser utilizado na tomada de decisão. Eduarda Lacerda afirma que o atual Regimento Interno foi votado e aprovado por este Conselho. Michell Durans ressaltava que seu posicionamento visa somente o processo democrático, mas que a decisão final é da plenária do Conselho e que será posto em votação logo após o encerramento das argumentações. Gleyson Oliveira pede a palavra afirmando que concorda com o presidente do Conselho no que diz respeito ao processo eleitoral e que, a forma democrática, deve ser pela via de um chamamento público, acreditando inclusive, que o Conselho é composto por segmentos e não por entidades. Eduardo Benigno realiza um resgate histórico sobre o processo eleitoral do Conselho informando que as mesmas pessoas que estão contestando o processo eleitoral atual, foram as pessoas que auxiliaram a construção do decreto norteador deste Conselho. Eduarda Lacerda pede a palavra para informar que o decreto estadual afirma que os membros da sociedade civil serão compostos por membros de entidades do Movimento LGBT e não por segmentos como foi afirmado anteriormente pelo conselheiro Gleyson Oliveira. Heloísa Freitas solicita a palavra para aludir ao processo de eleição da Associação Brasileira de LGBT – ABGLT e outros processos de eleição nos quais é necessário que se realize o processo de filiação para participação nos processos eleitorais, fazendo alusão inclusive, ao processo eleitoral partidário. Márcia Passos solicita a palavra para informar que o processo proposto pelo Movimento LGBT é desleal pois impõe às instituições a obrigatoriedade em se filiarem ao Movimento LGBT do Pará para concorrer à eleição do Conselho, ressaltando sua militância e realizando informes que destoam do foco da discussão em pauta. Terminadas as argumentações, o presidente do Conselho parabeniza o debate e declara aberta a votação. Informa que a votação é por SIM ou NÃO ao Processo de Chamamento Público. Iniciando a votação, o representante da SESPVA vota SIM; em seguida, a representante da UEPA vota NÃO; a representante da SEDUC vota NÃO; a representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEGUP, não participou da eleição por não se tratar de membro efetivo ou suplente deste Conselho; a representante do segmento de lésbicas vota NÃO; a representante do segmento de travestis vota NÃO; o representante do segmento de bissexuais vota NÃO; a representante do segmento de transexuais vota NÃO e o representante da sexta vaga vota SIM. Tendo encerrada a eleição com um total de dois votos SIM, a favor do chamamento público e sete votos NÃO, contra o processo de chamamento público, decidiu-se que o processo eleitoral permanece sobre o atual formato. Michell Durans esclarece a importância da publicação urgente desta ata a fim de que se mantenha o registro de votação para corroboração com quaisquer processos de contestação que, porventura, possam ser eliciados. Eu, secretário e membro deste Conselho, assino esta ata em conjunto com o atual presidente que, sem mais para o momento, declara encerrada a reunião ordinária. Michell Mendes Durans da Silva
Presidente do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará
Rafael Ventimiglia
Secretário e Membro do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará

Protocolo: 270042

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA DIVERSIDADE SEXUAL – CEDS

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Gabinete do Secretário de Estado, na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, cito na Rua Vinte e Oito de Setembro, número trezentos e trinta e nove, bairro da Campina nesta cidade, teve início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Diversidade Sexual – CEDS, com a fala do presidente do CEDS, Michell Durans, que inicia cumprimentando todos e inicia falando sobre a boa repercussão Parada do Orgulho LGBT de Belém parabenizando os envolvidos em sua organização, inclusive elogiando a temática que norteou o evento. Passa a palavra a Beto Paes que apresenta alguns informes como o lançamento da Parada do orgulho LGBT que foi realizada nesta secretaria em conjunto com a exposição do Lâmpião da Esquina. Informa que esteve participando do Congresso Brasileiro de Hepatites Virais, HIV/AIDS, incluindo apresentando a Campanha de Enfrentamento do Estado. Continua falando sobre o VI Encontro Estadual do Movimento LGBT do Pará e as diversas atividades realizadas no sentido de empoderar os

militantes. Em seguida, a senhora Camila Dias, representante da Diretoria de Promoção de Políticas para LGBT do Ministério dos Direitos Humanos inicia se apresentando e esclarecendo sobre sua visita ao Conselho Estadual da Diversidade Sexual. Realiza minuciosa apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia esclarecendo que se trata de um Pacto Federativo entre União e Estado no sentido de apresentar ações estratégicas de enfrentamento ao fenômeno de violência LGBTfóbica. Ainda, esclarece que o pacto está apto a receber adendos, alterações, críticas e sugestões e que está sendo construído em conjunto com os demais estados da federação. Encerra sua apresentação informando que o arquivo estará disponível para o Conselho posteriormente. Michell Durans retoma a fala afirmando que, mesmo com o cenário de retrocessos nos Direitos Humanos, o Pará ainda é um estado com diversos avanços e que foi acordado que, antes de se implementar novas políticas públicas por intermédio deste Conselho, deve-se pensar em ampliar as políticas públicas já existentes para a População LGBT. Falou sobre a retomada do Centro de Referência; sobre uma possível Casa de passagem para LGBT; parceria com as academias e a respeito da qualificação dos dados estatísticos a respeito de casos de violência cometidos contra a População LGBT. Rafael Ventimiglia questionou sobre o orçamento destinado ao Pacto Nacional de Enfrentamento à LGBTfobia no que concerne a parte da União. Beto Paes interroga sobre como andam as negociações a respeito do Pacto em questão com o Governo Federal e com o Poder Legislativo em nível Federal uma vez que existe um movimento reacionário por parte desses poderes quando se trata de ações para a População LGBT. Preocupa-se ainda com a participação do Conselho Nacional de Combate às Discriminações/LGBT no monitoramento desse pacto. Camila Dias retoma a fala esclarecendo que o Ministério dos Direitos Humanos prevê articulação para emendas parlamentares para viabilização de recursos financeiros para o pacto, mas não pôde, naquele momento, precisar com mais detalhes a respeito do provável orçamento. Michell Durans agradece o comparecimento da senhora Camila Dias. Beto Paes fala sobre uma reunião da qual foi participante e na qual se tratou da possível alteração de local do Ambulatório do Processo Transsexualizador, mas sem mais detalhes. Michell Durans cobra o relatório da Conferência Estadual LGBT realizada no ano de dois mil e dezesseis e que até o presente momento não foi concluído, incumbindo o secretário deste conselho e o gestor da Gerência de Proteção à Livre Orientação Sexual nas tarefas de reunirem os materiais necessários para conclusão do referido relatório. Eu, secretário e membro deste Conselho, assino esta ata em conjunto com o atual presidente que, sem mais para o momento, declara encerrada a reunião
Michell Durans
Presidente do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará
Rafael Ventimiglia
Secretário e Membro do Conselho Estadual da Diversidade Sexual do Pará
ordinária.

Protocolo: 270068

EXTRATO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 – SEJUDH

O Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH/PA, n uso de suas atribuições legais, torna publico a realização do Processo Seletivo Simplificado para seleção de profissionais de Nível Médio, para fins de contratação temporária no cargo de Assistente Administrativo, com vencimento de 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) de Vencimento Base + 100,00 (cem reais) de Abono Salarial +525,50 (quinhentos e vinte cinco reais e cinquenta centavos) de Auxílio Alimentação. O presente procedimento de Chamada Pública será regido pelo art. 36 da Constituição do Estado do Pará, pela Lei Complementar Estadual Lei Complementar n.º 07, de 25 de setembro de 1991, alterada pela Lei Complementar n.º 077, de 28 de setembro de 2011, Decreto Estadual n.º 1.230, de 26 de fevereiro de 2015, Lei Estadual n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994, e regulamentada através do Decreto n.º 1.741, de 19 de abril de 2017, no que couber, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. As inscrições estarão abertas no período de 22 a 23 de janeiro de 2018, e deverão ser efetuadas EXCLUSIVAMENTE, endereço eletrônico www.sipros.pa.gov.br, para as funções anteriormente mencionadas, não sendo cobrada taxa de inscrição. Maiores detalhes sobre as vagas oferecidas e outras informações constam no Edital que se encontra divulgado no referido endereço eletrônico.
Belém/PA, 17 de janeiro de 2018.
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 269848